

Interações Entre Economia e Demografia: As Previsões da Teoria e o Caso Brasileiro *

Alexandre Sartoris[§]
Jobson Monteiro de Souza^{**}

Palavras-chave: fecundidade, utilidade, renda, crescimento

Resumo

O Objetivo deste trabalho é discutir algumas das contribuições teóricas da Economia à questão do crescimento populacional, em particular o da Transição Demográfica. Num primeiro momento são discutidos os pontos em comum entre a Economia e a Demografia, especialmente no que se refere à questão da Transição Demográfica, remontando assim à Revolução Industrial. A seguir são apresentados alguns modelos utilizando a abordagem econômica, com ênfase no modelo de Becker (1960) e Becker e Lewis (1973). Verifica-se que a interpretação destes modelos tem pontos em comum com a Demografia tradicional, mas são insuficientes para explicar as peculiaridades dos casos brasileiro em particular e latino americano em geral, principalmente no que diz respeito à velocidade com que ocorreu a Transição Demográfica nestes países.

* Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18- 20 de Setembro de 2004.

† Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Economia da UNESP, câmpus Araraquara.

‡ Professor do curso de Economia da UNIFECAP e aluno do Programa de Pós-graduação em Economia da UNESP, câmpus Araraquara.

Interações Entre Economia e Demografia: As Previsões da Teoria e o Caso Brasileiro*

Alexandre Sartoris[§]
Jobson Monteiro de Souza^{**}

Introdução

A interação entre a Economia e a Demografia tem suas raízes, pelo menos no que diz respeito à Transição Demográfica, na Revolução Industrial. Esta convivência entretanto, nem sempre foi das mais pacíficas.

Modelos usados por economistas tem a vantagem (e a desvantagem) de utilizar uma linguagem mais formal. Muitas vezes não se passa disso, uma diferença de linguagem, a mensagem, em princípio, é a mesma.

Assim sendo, modelos econômicos incluem variáveis e chegam a conclusões que não são tão diferentes daquelas obtidas em outras ciências sociais, notadamente, neste caso, a Demografia.

A primeira parte deste trabalho descreve sucintamente o fenômeno da Transição Demográfica. Na segunda parte, procuramos mostrar pontos em comum deste fenômeno do ponto de vista das duas ciências, particularmente como as variáveis econômicas podem influenciar este fenômeno mas, principalmente, qual é a leitura que a Teoria Econômica faz do mesmo. Na terceira é feita uma breve exposição de alguns destes modelos. Por fim, são feitas algumas reflexões para o caso brasileiro em particular, e latino americano em geral.

1. A Transição Demográfica

A transição demográfica é um fenômeno relativamente recente e, portanto, suscetível a novas interpretações. Com exceção da França, que teve uma transição mais precoce, todos os demais países da Europa iniciaram a transição a partir do último quartel do século XIX. Entretanto, para a grande maioria dos países do mundo, o início da transição só começou a partir da segunda metade do século XX.

O primeiro modelo ou sua apresentação como teoria foi elaborado por Thompson, em 1929, o qual buscou explicar a transição através de um processo de etapas. Com o tempo, houve questionamentos sobre esse modelo e perguntas foram levantadas sobre cada etapa. A teoria da

* Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18- 20 de Setembro de 2004.

† Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Economia da UNESP, câmpus Araraquara.

‡ Professor do curso de Economia da UNIFECAP e aluno do Programa de Pós-graduação em Economia da UNESP, câmpus Araraquara.

transição demográfica encontra-se fortemente correlacionada com a questão da transição da fecundidade. Assim, em relação à fecundidade, colocaram-se as seguintes perguntas: qual o início da queda? quais são seus determinantes? qual o efeito das variáveis intermediárias? a queda da mortalidade sempre precede a redução da fecundidade? quais os meios contraceptivos utilizados? qual o efeito da migração? qual o ritmo da redução e a duração? (Alves, 1994: 10)

Essas perguntas são temas de diversas abordagens que consideram a dinâmica demográfica inter-relacionada com as condições econômicas, políticas e culturais da sociedade. Porém, essas abordagens foram formuladas a partir da experiência européia. Os países de transição demográfica “tardia”, como a América Latina, não tendem simplesmente a reproduzir o modelo europeu de transição. Portanto, a transição não é homogênea. Com base nessa constatação, Chesnais (1977 apud Patarra e Ferreira, 1986: 11) elaborou uma tipologia das transições o qual distingue transição demográfica curta e longa. Assim, verificou-se a não existência de uma uniformidade simples que caracteriza todas as sociedades e todos os momentos históricos.

Com base nas projeções do CELADE (Centro Latino Americano e Caribenho de Demografia), elaboradas a partir de 1950 (Chakiel e Martinez, 1992 apud Patarra, 1994: 30), os países latino-americanos estariam completando suas respectivas transições por volta de 2025, aproximadamente 75 anos. No entanto, ocorreu uma mudança no nível de fecundidade em curto espaço de tempo. Nos últimos 30 anos a taxa de fecundidade passou de seis para aproximadamente três filhos por mulher, em média, nos países da América Latina e Caribe.

Diante desse fato, a questão é saber se os modelos que se utiliza para a compreensão da queda da fecundidade poderiam ser os mesmos ou da mesma natureza daqueles necessários ou utilizados para o entendimento das tendências demográficas de longo prazo. (Oliveira e Patarra, 1988: 18).

Devido a esse problema, surgiu uma abordagem mais voltada para a experiência dos países subdesenvolvidos, conhecida como “Abordagem Iconoclasta”. A sua característica é utilizar as contribuições da sociologia, da psicologia, da economia, dentre outras ciências. Por exemplo, Cadwell trata os regimes de fecundidade como um comportamento economicamente racional e Susan Greenhalgh aplica aspectos macro-institucionais e aspectos micro-institucionais para a transição da fecundidade (Alves, 1994: 33-40).

O modelo clássico de transição preocupou-se em analisar a dinâmica demográfica a partir de como as transformações sócio-econômicas refletem na decisão de fecundidade da família. Outras abordagens, no entanto, não colocam os aspectos econômicos como responsáveis pela transição. Há abordagens que se opõem a modelos que dão ênfase excessiva aos determinantes econômicos. Uma delas é a da “Abordagem Cultural”. Apesar disso, autores como Retherford e Palmore (1983 apud Alves, 1994: 25-30), que pertencem a essa escola, buscaram conciliar seus modelos com a abordagem da modernização. Na abordagem da modernização o crescimento da população é uma variável dependente do desenvolvimento econômico, isto é, a fecundidade só cai em função de um grau de modernização do país. Portanto, em maior ou menor grau, os aspectos econômicos são direto ou indiretamente relacionados com a transição da fecundidade.

Uma questão que surge em relação a fecundidade, como resultado da importância dos aspectos econômicos, é o caráter racional da decisão de fecundidade. Essa questão foi discutida por autores como Cole, Wrigley e Caldwell. Por exemplo, Coale estabelece as condições necessárias para qualquer processo de declínio da fecundidade. Para o autor, a limitação do tamanho da família é uma escolha consciente, esta limitação reflete mudanças na relação custo/benefício dos filhos e os casais deveriam ter acesso a métodos contraceptivos eficientes. Nessa linha de estudo, Secombe elabora um modelo racional de padrão de fecundidade o qual leva em consideração as condições para união dos sexos como os custos e benefícios, a curto e

longo prazos, de ter filhos, as condições culturais que condicionam a relação entre sexo e procriação e os métodos disponíveis para controle (Patarra e Ferreira, 1986: 20-25). Assim, os processos, características ou fatores responsáveis pelas diferenças na fecundidade atuam ao nível das famílias, entendidas como o *locus* da reprodução. Além disso, apresentam a discussão da racionalidade como uma forma de tomada de decisão de fecundidade.

Com base nos modelos teóricos sobre a transição, buscaram-se quais as variáveis relevantes para a queda da fecundidade no Brasil. Os estudos que discutem as causas deste declínio (Merrick, Berquó 1983; Carvalho, Paiva, Sawyer 1981; Paiva 1985; Faria 1989; Alves 1994; Faria, Potter 1994) mostram que ele é o resultado da interação de um conjunto complexo de transformações de natureza econômica, social e institucional.

Por exemplo, alguns autores estudam a influência das instituições sobre o comportamento reprodutivo, como a escola, a igreja e as instituições de saúde. Estabelecem que as instituições tem um efeito sobre o comportamento capazes de alterar radical e rapidamente o modo de pensar dos indivíduos. Faria analisa a política de telecomunicações, a política previdenciária, entre outras, e explica que apesar dessas políticas terem sido destinadas a modernizar a infra-estrutura básica, tiveram efeitos imprevistos na modificação dos valores e comportamentos relacionados a fecundidade. Verifica-se também a importância da expansão dos meios de comunicação de massa, como a televisão, que proporciona rápida assimilação de novas idéias e novos padrões de comportamento o qual implicou na alteração dos valores, conhecimentos e atitudes da sociedade (Martine, 1989: 31-34).

Outro exemplo, para alguns autores os fatores determinantes da atual queda parecem mais ligados a avanços tecnológicos para o controle da fecundidade. Assim, a queda de fecundidade comprova uma motivação bastante generalizada em favor da limitação da reprodução em todas as regiões e camadas sociais, isto é, pode ser alcançado na ausência de desenvolvimento econômico ou do progresso social na região ou mesmo nas condições de vida da unidade familiar. Essa afirmação está baseada nos dados o qual mostram que o processo de mudança se iniciou nos estratos mais bem posicionados na escala sócio-econômica – áreas urbanas, regiões mais desenvolvidas, grupos de maior escolarização – e estendendo-se pouco a pouco, mas de forma sustentada e em ritmo cada vez maior, às demais regiões e camadas sociais. Outro resultado é que o percentual de mulheres usando algum método é tanto maior quanto mais alto seu nível sócio-econômico (medido seja pelo grau de desenvolvimento ou de seu local de residência ou pela escolaridade) (Perpetuo e Aguirre, 1990).

Portanto, essa mentalidade controlista está ligada aos argumentos tradicionais como desenvolvimento, o acelerado processo de urbanização, o nível educacional médio das mulheres e a participação feminina na força de trabalho. Tudo isso contribui para a mudança de valores e atitudes relacionados a fecundidade.

A breve exposição de algumas discussões relacionadas ao estudo da transição demográfica permite reconhecer a importância dos aspectos econômicos para a decisão de fecundidade. Verifica-se também que a dinâmica demográfica pode relacionar-se com as ciências sociais para explicar esse fenômeno. E por último, a necessidade de analisar os modelos elaborados para explicar a transição demográfica nos países desenvolvidos a fim de determinar se são válidos para o caso brasileiro.

2. Relações com a Economia

As relações entre a Demografia e a Economia no que diz respeito à Transição Demográfica vem de longa data, tendo em vista que os países que primeiro passaram por este

fenômeno foram também, não por coincidência, os primeiros países a experimentar a Revolução Industrial.

O mecanismo, segundo Livi-Bacci (1997, 1998, apud Manfredi e Fanti, 2001) é o seguinte: em algum estágio de desenvolvimento, ao atingir um determinado nível tecnológico, foi possível gerar um excedente na produção agrícola, o que gerou três efeitos: um rápido declínio da taxa de mortalidade; aumento da renda *per capita* e bem-estar social e, fundamentalmente, uma queda na demanda por trabalho na agricultura, o que foi essencial para as transformações sociais que se seguiram.

Imediatamente após o declínio das taxas de mortalidade, segue-se um aumento das famílias inicialmente. O problema é que, em áreas urbanas, o custo das crianças é maior e, não só isso, elas levam mais tempo para se tornarem capazes de gerar renda, de tal modo que a redução na fecundidade passa a ser uma necessidade. No período de transição, entretanto, dada a defasagem entre as quedas na taxa de mortalidade e fecundidade, há um período de rápido crescimento populacional.

De acordo com Galor e Weil (1999), a Transição Demográfica pode ser caracterizada por três regimes distintos: o Regime “Malthusiano”, caracterizado por pequeno progresso tecnológico e baixo crescimento populacional com renda *per capita* constante ou, pelo menos, variando pouco e uma relação **positiva** entre crescimento populacional e renda *per capita*; o Regime “Pós-Malthusiano”, em que se observa um crescimento da renda *per capita*, ainda que não tão grande em função do crescimento populacional ainda elevado, mas ainda uma relação **positiva** entre crescimento populacional e renda *per capita*; finalmente, o Regime Moderno de Crescimento, este caracterizado por crescimento da renda e progresso tecnológico persistentes, em que a relação entre crescimento populacional e renda *per capita* passa a ser **negativa**.

Nos três regimes apontados por Galor e Weil e, principalmente, no destaque dado às relações entre crescimento populacional e renda *per capita*, se evidencia não só a necessidade de variáveis econômicas ao se tentar explicar a Transição Demográfica, mas também a própria necessidade da Economia, em particular nas teorias de crescimento, de incorporar o crescimento populacional.

De fato, modelos de crescimento como o modelo de Solow, por exemplo, incorporam o crescimento populacional em suas variáveis. Segundo este modelo, uma queda no crescimento populacional levará a um crescimento que atingirá um estado estacionário em que o nível de capital *per capita* maior e, via de regra, um consumo *per capita* maior, levando portanto a um melhor nível de bem-estar econômico.

Há que se distinguir, no entanto, três aspectos (não necessariamente excludentes) das relações entre a Teoria Econômica e o crescimento populacional: uma é o fato de que variáveis econômicas podem ser (e usualmente são) incluídas em teorias que visem explicar o crescimento populacional. Há o tratamento recíproco, isto é, há teorias que visam explicar fenômenos econômicos, em particular o do crescimento econômico, que incorporam o crescimento populacional em suas variáveis.

Um terceiro aspecto destas relações é o da utilização do ferramental da Teoria Econômica para modelar o crescimento populacional. O trabalho de Becker (1960) é um exemplo dessa abordagem que é, aliás, a principal preocupação deste trabalho.

Os fundamentos desta abordagem econômica, ou, nas próprias palavras de Becker, do “modo econômico de pensar” aplicado, neste caso, a análise da fertilidade e crescimento populacional são os seguintes: mesmo em sociedades com desconhecimento de técnicas anticoncepcionais, é possível aos pais limitarem o tamanho de sua prole através de abstinência ou aborto, ainda que com limitações do ponto de vista cultural, religioso, etc. É, portanto, uma questão

de escolha, que é tratada pela Teoria Econômica, mais especificamente pela Microeconomia, pelo menos quando esta escolha é por bens.

Para a grande maioria dos pais, a criança é fonte de “renda” psicológica e, em muitos casos, mesmo de renda monetária. Desta forma, pode ser tratada, do ponto de vista da Teoria Econômica, como um bem de produção. Evidentemente, as implicações morais e éticas relacionadas à criança são muito maiores do que às associadas a uma peça de maquinaria, por exemplo. O que se trata aqui é associar o custo e as preferências associadas à decisão de se “produzir” uma nova criança.

Isto implica assumir que há racionalidade na escolha das crianças, a mesma racionalidade utilizada nos modelos microeconômicos de escolha entre bens. Há que se fazer uma ressalva quanto a este termo quando utilizado pelos economistas. O conceito de racionalidade aqui é bem mais simples e bem menos restritivo do que o conceito usual.

Geralmente se associa racionalidade à ausência de emoções. Tal ausência, quando associada à escolha pelo número de crianças soa absurda. Na verdade, essa ausência não é se dá nem mesmo na escolha por bens. Um viciado em chocolates que gasta nos mesmos todo o dinheiro que deveria ser gasto na refeição em vez de escolher uma refeição mais balanceada é visto então como uma atitude não racional. Mas não do ponto de vista da Teoria Econômica.

Um indivíduo racional, do ponto de vista da Economia, é simplesmente um indivíduo que apresenta as chamadas propriedades de completividade e transitividade. A primeira significa que, dadas quaisquer possíveis escolhas, ele sempre terá uma opinião a dar e a segunda que ele tem uma certa coerência nas escolhas, isto é, se ele prefere A a B, e prefere B a C, deve portanto preferir A a C.

Embora não haja garantias que o indivíduo se comporte de acordo com estas hipóteses (especialmente a segunda), estas são convenientes por permitir associar as preferências do indivíduo a uma função relativamente simples (função de utilidade) e são bem menos restritivos do que o conceito usual de racionalidade. O comportamento do viciado em chocolate mencionado anteriormente não o exclui desta abordagem teórica. Se o consumo de chocolate lhe traz uma satisfação (utilidade) muito superior àquela trazida por uma refeição mais balanceada, é perfeitamente racional (deste ponto de vista) que ele escolha o primeiro em detrimento da segunda.

Já que tratadas como bens, assume-se que as crianças são fonte de utilidade, de tal forma que são comparadas com outros bens através de uma função utilidade ou de um conjunto de curvas de indiferença. A maior ou menor utilidade trazida em função da “aquisição” de crianças está ligada a preferências por parte dos pais. Estas preferências podem ser afetadas por idade, crença religiosa, raça, etc. Desta forma, pode-se incorporar a influência de variáveis não econômicas, ainda que não se possa prevê-las.

Os pais podem decidir também sobre a “qualidade” das crianças, ao decidir o quanto será investido nelas, principalmente em educação (mas não somente). De novo, não entra aqui nenhum julgamento de valor no que diz sentido a questões morais, éticas. Uma criança de maior “qualidade” neste sentido é, por definição, uma criança que tenha um maior investimento nela.

Na Microeconomia, a renda também é um fator preponderante na escolha de bens. Para a grande maioria destes, quanto maior for a renda, maior o consumo. A exceção fica por conta dos chamados bens inferiores¹. É de se supor que as crianças não se enquadrem nesta categoria, de tal

¹ O exemplo mais tradicional deste tipo de bem é o da margarina, que é substituída pela manteiga à medida que a renda aumenta. Um outro exemplo seria o do sabão em pedra, que com o aumento da renda é substituído por sabões em pó ou líquidos.

forma que, **tudo mais mantido constante**², casais tenderão a ter mais crianças se sua renda aumentar.

3. Modelos teóricos

O modelo de Becker e Lewis (1973) parte exatamente de uma função utilidade que depende do número de crianças a ser escolhido, da qualidade (que, por hipótese, será a mesma para todas as crianças) e uma variável que represente o consumo por todos os outros bens. Assim teremos:

$$U = U(n, q, y) \quad (1)$$

Onde n é o número de crianças, q a sua qualidade e y representa o consumo de todos os outros bens.

A restrição orçamentária será dada por:

$$R = nq\pi + y\pi_y \quad (2)$$

Onde R é a renda total e π e π_y são os preços, respectivamente de nq (isto é, do número e da qualidade das crianças) e dos bens de consumo.

Utilizando técnicas de maximização condicionada, as condições de primeira ordem para o a utilidade máxima possível de ser obtida sujeita a esta restrição orçamentária serão dadas por:

$$p_n = q\pi; \quad p_q = n\pi; \quad p_y = \pi_y \quad (3)$$

Onde p é o preço sombra dos diversos argumentos da função utilidade. Vale dizer que o preço sombra da qualidade está positivamente relacionado com o número de crianças, assim como o preço sombra da quantidade está positivamente relacionado com a qualidade. A interpretação econômica deste resultado é que o preço da qualidade será maior se houver mais crianças, já que os mesmos gastos terão que ser aplicados a um número maior das mesmas. Da mesma forma, um aumento na quantidade será mais caro quanto maior for a qualidade escolhida para as crianças.

Por causa desta interação entre qualidade e quantidade, um aumento na renda, que em princípio teria um efeito similar em q , n e y (dependendo apenas das elasticidades renda de cada um), será maior para y do que para q e n , já que o aumento de um implica no aumento do preço sombra de outro, fazendo com que o efeito da renda sobre a escolha destes bens seja relativamente menor para q e n .

Se generalizarmos a restrição orçamentária inicial da seguinte forma:

$$R = n\pi_n + nq\pi + q\pi_q + y\pi_y \quad (4)$$

Assim incluindo um preço que representa custos relacionados com a quantidade, mas não com a qualidade (como custos de anticoncepcionais, por exemplo) assim como um preço que depende da qualidade, mas não da quantidade (como o custo de livros que podem ser utilizados por todos os filhos ou de roupas que podem ser passadas dos mais velhos aos mais novos). De tal modo que os preços sombra agora serão dados por:

² Não se trata aqui de comparar casais com níveis de renda diferentes, que podem pertencer a diferentes classes sociais, com formações culturais diferentes, etc.

$$p_n = \pi_n + q\pi; \quad p_q = \pi_q + n\pi; \quad p_y = \pi_y \quad (5)$$

Uma melhoria exógena em técnicas anticoncepcionais levará a um aumento de π_n , aumentando o preço sombra de n relativamente a q e a y . É de se supor que a quantidade e qualidade são substitutos mais próximos entre si do que quaisquer outros bens de consumo, de tal modo que a queda no preço sombra da quantidade induzirá não só a uma queda na quantidade, mas também a uma maior qualidade.

Se ainda levarmos em conta que os pais devem ter tempo disponível para as crianças e que a qualidade é função crescente deste tempo, isto é:

$$q = Q(c, t)/n \quad (6)$$

Onde c é o consumo das crianças e t o tempo gasto pelos pais para cuidar delas que, evidentemente, não poderá ser utilizado para obter rendimentos do trabalho, de tal modo que:

$$R = w(T-t) \quad (7)$$

Onde w é a taxa de salário (salário por hora trabalhada) e T seria todo o tempo disponível que os pais dispõem que podem ser alocados entre trabalho assalariado (ou outra forma que gere renda) e o tempo gasto para cuidar de crianças.

É este o aspecto mais relevante no que diz respeito à Transição Demográfica. Se o crescimento econômico leva a um aumento dos salários, especialmente da mão-de-obra feminina, o custo de oportunidade de alocar tempo para cuidar das crianças se torna alto. Ao mesmo tempo, numa sociedade em que há crescimento econômico alto, há a necessidade de que a criança tenha cada vez uma qualidade maior. De tal modo que a única solução é a queda no número de crianças.

A contribuição de Dasgupta (1993) leva em conta que as decisões em relação à fertilidade são feitas através de um processo de negociação entre as famílias. Ações que influenciam a fertilidade, como uso de anticoncepcionais, tempo de amamentação, mesmo a frequência com que se dão as relações sexuais são fortemente influenciadas por fatores culturais.

Assim, um casal terá mais chance de escolher ter muitos filhos se todos os demais casais assim o fizerem. Da mesma forma, a sua escolha pode afetar, ainda que em pequena escala, a decisão de outros casais, o que os economistas costumam chamar de externalidades.

A forma de externalidade gerada por decisões de fertilidade envolvem o que se chama de complementaridades estratégicas (Cooper e John, 1988). Sendo \mathbf{X} o vetor que representa o número de crianças em cada uma das M famílias em uma determinada comunidade, temos:

$$\mathbf{X} = (X_1, X_2, \dots, X_M) \quad (8)$$

A externalidade descrita acima implica que:

$$\partial^2 U_i(\mathbf{X}) / \partial X_i \partial X_j > 0, \quad i \neq j \quad (9)$$

Isto é, a função utilidade depende do número total de todas as crianças da comunidade e a utilidade de ter uma criança a mais será maior quanto maior for o número de crianças dos “vizinhos”.

A contribuição de Dasgupta é interessante por incluir, ainda que implicitamente, os fatores culturais relevantes à decisão sobre o número de filhos.

O fato de não incluir explicitamente estes fatores culturais evidentemente impede que possamos utilizá-lo para fazer previsões a respeito destas influências.

A contribuição de Adserà (2004), ainda que feita explicitamente para países desenvolvidos, ressalta a questão da mão-de-obra, especialmente a feminina, ao fazer uma análise intertemporal entre os salários de dois períodos. O salário do segundo período (w_2) guardará uma relação com o salário do primeiro período (w_1) da seguinte forma:

$$w_2 = (1 - \delta)w_1 + \gamma h_1 \quad (10)$$

Onde h_1 é o número de horas trabalhadas no primeiro período, δ é um fator de “depreciação” enquanto γ , alternativamente é uma taxa de apreciação decorrente da nova experiência.

Desta forma, a decisão de ter filhos no primeiro período ou postergá-la para o segundo é afetada pelos coeficientes em questão e dependerá também dos benefícios que a mulher pode obter por desemprego ou maternidade.

A questão do trabalho infantil também é levada em conta em trabalhos como o de Basu e Van (1998). A importância desta questão reside no fato de que a eficácia (ou não) de políticas contrárias ao trabalho infantil também deverá ter efeitos no crescimento populacional, à medida que afete o valor presente dos retornos monetários de uma criança.

4. Algumas reflexões sobre o caso brasileiro

O Brasil, como de resto boa parte da América Latina, experimentou uma rápida Transição Demográfica no século XX.

Parte disso pode ser atribuído ao desenvolvimento econômico e, no caso brasileiro, ao rápido crescimento econômico experimentado entre o pós-guerra e a década dos 70.

O crescimento econômico parece ser, no nosso caso, insuficiente para explicar a queda na fertilidade, já que esta última se deu de forma mais generalizada que o desenvolvimento. Ainda que em regiões mais atrasadas, a fecundidade seja menor do que em regiões mais desenvolvidas, a queda foi observada em praticamente todo o país.

Mesmo em regiões em que a estrutura do trabalho é bastante arcaica, inclusive no que diz respeito à mão-de-obra feminina, foi observada a queda na taxa de nascimentos por mulher.

A explicação pode estar nos custos, pelo menos em parte. Seja no custo mais baixo e maior acesso a anticoncepcionais, seja no caso dos abortos. Quanto ao segundo, a crescente generalização de sua prática, faz com que, embora proibido por lei, se torne difícil de ser coibido, contribuindo para isso o aumento na incidência de outros crimes que, supostamente são prioritários do ponto de vista das autoridades incumbidas de impor a lei.

O aspecto cultural aqui é importante também, seguindo a contribuição de Dasgupta: embora seja um país de maioria católica (com recente crescimento das igrejas evangélicas pentecostais), o que seria uma prática proibida como o aborto passa a ser aceitável à medida que outros membros da comunidade passam a praticá-lo.

De qualquer forma, ao que parece a velocidade com que se deu a Transição Demográfica no Brasil parece ter fortes fatores institucionais presentes: o Estado seria um deles, ao fazer políticas que, intencionalmente ou não, induzam a que os casais tenham mais filhos. Mas não é o único: os meios de comunicação, ao transportar rapidamente padrões culturais de um lugar a

outro, podem ter sido um fator importante para explicar a diferença de velocidade entre a Transição Demográfica no Brasil e em outros países da América Latina e aquela verificada em países como França e Inglaterra no século XIX ou mesmo outros países europeus no começo do século XX.

Não é novidade na Teoria Econômica a inclusão do papel das instituições. Aparentemente, as teorias de população utilizando abordagens econômicas devem intensificá-la de modo a explicar com maior acurácia as diferenças dos casos brasileiro e latino americano em geral.

5. Considerações Finais

Os modelos econômicos aplicados à questão do crescimento populacional trazem a vantagem (e a desvantagem) de uma linguagem mais formal, mais “matematizada” do que a que normalmente é utilizada pelas outras ciências sociais.

O uso de funções de utilidade não necessariamente implica em hipóteses de comportamento extremamente restritivas ou têm conseqüências de cunho moral ou ético. Frequentemente elas são, de fato, apenas uma linguagem diferente, contemplando as mesmas hipóteses e chegando às mesmas conclusões, em muitos casos.

A aplicação ao caso brasileiro se mostra limitada muito mais por não se incluírem aspectos institucionais relevantes do que pelo uso do ferramental em si. A utilização destes modelos indiscriminadamente tem muito mais problemas pelo fato de que eles foram, em sua maioria, moldados para países em desenvolvimento. O peso das instituições, cada vez maior em outras áreas da Economia deve também cumprir um papel relevante também na teoria econômica sobre população se quisermos descrever corretamente o caso brasileiro.

Referências Bibliográficas

- ADSERÀ, Alicia. Changing Fertility Rates in Developed Countries: The Impact of Labor Market Institutions. *Journal of Population Economics*, 17, 17-43, 2004.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. **Transição da fecundidade e relações de gênero no Brasil**. 1994. Tese (Doutorado em Demografia) – CEDEPLAR, NEPO.
- BASU, K.; VAN, P.H. The Economics of Child Labor. *American Economic Review*, 88, 1998.
- BECKER, Gary S. An Economic Analysis of Fertility. In: BECKER, Gary S. **Demographic and Economic Change in Developed Countries**. Princeton: Princeton University Press, 1960.
- BECKER, Gary S.; LEWIS, H.G. On the Interaction Between Quantity and Quality of Children. *Journal of Political Economy*, 81, vol. 2, 279-88, 1973.
- COOPER, R.; JOHN, A. “Coordinating Coordination Failures in Keynesian Models”, *Quarterly Journal of Economics*, 103, 1988.
- DASGUPTA, P. **An Inquiry into Well-Being and Destitution**. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- GALOR O.; WEIL D.N. From Malthusian Stagnation to Modern Growth. *American Economic Review*, 89, 150-154, 1999.
- LIVI-BACCI, M. **A Concise History of The World Population**. Oxford: Blackwell, 1997.
- LIVI-BACCI, M. **La Popolazione Nella Storia d’Europa**. Bari: Laterza, 1998.

MANFREDI, Piero; FANTI, Luciano. The Demographic Transition And Neo-Classical Models Of Balanced Growth. In SALVADORI, Neri. **The Theory of Economic Growth: A Classical Perspective**. Pisa: Universtà di Pisa, 2001.

MARTINE, George. Transição Demográfica. *Ciência Hoje*, São Paulo, v. 9, n. 51, p. 29-35, mar. 1989.

PATARRA, N. L. Transição demográfica: novas evidências, velhos desafios. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v. 11, n. 1, p. 27-40, 1994.

PATARRA, N. L.; FERREIRA, C. E. C. **Repensando a transição demográfica: formulações, críticas e perspectivas de análise**. Campinas: NEPO, 1986.

PATARRA, N. L.; OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. Transição, transições. *Anais do VI Encontro de Estudos Populacionais*. Olinda, v. 1, p. 17-36, 1988.

PERPÉTUO, I. H. O.; AGUIRRE, M. A. C. O papel da esterilização feminina nos diferenciais sócio-econômicos do declínio da fecundidade no Brasil. *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*, p. 2997-3024, 1990.